



PROGRAMA “ALDEIA SEGURA” E “PESSOAS SEGURAS”

UMA OPORTUNIDADE PARA PROMOVER MAIOR COESÃO E MENOS DESIGUALDADE ENTRE OS PORTUGUESES

ANPC

A memória coletiva dos portugueses ficou abalada com a tragédia dos incêndios rurais de 2017. Mais de uma centena de pessoas pereceu vítima dos fogos de junho e de outubro do ano passado e muitos outros ficaram com marcas indeléveis do horror então vivido. A estes factos somam-se os avultados prejuízos materiais e os danos ecológicos causados a extensas áreas do território de Portugal Continental.

As condições meteorológicas que se fizeram sentir naqueles dois períodos do ano associadas às características fisiográficas do território e à sua ocupação socioeconómica conjugaram-se de forma decisiva para fazer eclodir a catástrofe. E não obstante os esforços valorosos e denodados dos numerosos agentes de proteção civil – Bombeiros, Sapadores Florestais, Forças Armadas e Forças de Segurança, profissionais da Saúde, entre muitos outros cidadãos anónimos, também eles agentes de proteção civil – envolvidos ativamente no terreno nas operações de proteção e socorro e no apoio às populações, ainda assim foi impossível evitar as tragédias a que todos assistimos.

Os incêndios rurais da atualidade, de que Portugal é também palco, sendo característicos do mundo mediterrânico, são no entanto potenciados pelas alterações climáticas que se registam a nível global. A estrutura da propriedade, muito fragmentada e insuscetível de garantir o rendimento suficiente aos seus donos, tem conduzido ao abandono da floresta ao longo dos tempos e à consequente acumulação de combustível lenhoso, o qual acaba por permanecer disponível nos campos para arder logo que seca sob a ação dos primeiros calores do estio.

Na sequência das tragédias de 2017, o Governo deliberou, com base nos vários estudos entretanto produzidos, criar o Programa “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”, o qual se consubstancia como um instrumento de ação destinado a incrementar a educação das populações urbanas e rurais sobre as medidas e os comportamentos de autoproteção e autodefesa capazes de garantirem a sua integridade física e a dos seus bens e património, bem



como aumentar a resiliência individual e comunitária nas zonas rurais e periurbanas suscetíveis a incêndios rurais.

Ao longo deste último ano foi feito um trabalho notável de preparação das pessoas e dos aglomerados populacionais, esforço esse que é um tributo vivo à memória das vítimas dos incêndios rurais de 2017.

Essa mobilização contou com o poder político, as instituições públicas, privadas e associativas e a sociedade civil em geral.

O Programa “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras” está já a ser implementado em 700 aldeias de 189 municípios com freguesias com maior suscetibilidade ao risco de incêndios rurais.

Entretanto, estão já designados 700 Oficiais de Segurança de Aldeia, cuja missão é transmitirem avisos à população, organizarem a evacuação do aglomerado em caso de necessidade e realizarem ações de sensibilização para a população, e identificados 350 locais de abrigo/refúgio.

Além disso, foram sinalizados os caminhos de evacuação em cada aglomerado populacional, tendo sido elaborados 260 planos de evacuação, e distribuídos os kits de autoproteção pelas aldeias, bem como a sinalética indicativa.

Durante este período realizaram-se pelo país muitas ações de sensibilização que juntaram mais de 10 mil pessoas.

Neste processo foi indispensável conjugar esforços entre o Poder Central e o Poder Local, enquadrados por um Protocolo celebrado entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE).

Salienta-se, ainda, que as ações desenvolvidas tiveram o apoio do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) ao abrigo de fundos comunitários.

Na sequência desse Protocolo a ANPC produziu o [Guia de Apoio à Implementação](#) do Programa “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”, destinado a apoiar e orientar os responsáveis autárquicos neste desafio de criarem comunidades mais seguras e resilientes, o qual pode ser consultado no seu sítio digital.



Foram ainda distribuídos cerca de 1 milhão de folhetos desdobráveis à população, e enviados mais 640 mil por correio aos domicílios das freguesias prioritárias, contendo as medidas de autoproteção.

Em curso está também uma ampla campanha de comunicação na televisão, rádio e redes sociais.

Este ano estamos, sem dúvida, mais bem preparados para fazer face às adversidades que os incêndios rurais nos possam trazer. Ainda assim, precisamos de ser cuidadosos no uso e fruição dos espaços florestais e agrícolas e mantermo-nos permanentemente vigilantes e em alerta.

A floresta é viva e renova-se constantemente. Logo, tem de ser cuidada, mantida... e acarinhada. Os resultados alcançados até aqui precisam de ser continuados no espaço e no tempo. Sendo a floresta fonte de riqueza material e diversidade ecológica, pende sobre todos nós a obrigação de preservá-la e deixá-la às gerações vindouras em condições de poder ser fruída e explorada de modo sustentável.

Vincamos a necessidade de congregar esforços para evitar que situações semelhantes tornem a acontecer no nosso país, pois proteção civil somos todos nós!

Carnaxide, 18 de junho de 2018

Boletim Informativo nº 2/2018